

Por Vitor Fernandes

### ***O Tribunal de Contas do Piauí realizou ontem (30) uma audiência pública para debater sobre o assunto***

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) discutiu, nesta quarta-feira (29), a adesão do Estado a um plano de previdência complementar administrado pela Fundação de Previdência Complementar da Bahia (PreVBahia). A audiência pública reuniu órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e do Judiciário, de sindicatos e entidades representativas de servidores públicos.

A audiência foi proposta pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Leandro Maciel, e contou com a participação da conselheira Lilian Martins e do conselheiro-substituto Alisson Araújo. Entre os presentes, o secretário estadual de Administração e Previdência, Ricardo Pontes, o procurador-geral de Justiça do estado, Cleandro Moura, e controlador-geral do estado, Nuno Cauê. O objetivo era envolver os órgãos na discussão sobre os termos e as condições de adesão ao convênio com a PreVBahia.

Com a formalização do convênio de adesão, caberá à PreVBahia fazer a gestão do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar do Piauí, o PreVNordeste-Piauí. O presidente da PreVBahia, Jeremias Xavier de Moura, explicou que o plano oferta um benefício complementar à previdência do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), administrada pela Fundação Piauí Previdência.

Os recursos do plano PreVNordeste-Piauí serão formados por contribuições facultativas realizadas pelos servidores públicos que aderirem a ele, bem como pelas contrapartidas do estado, e capitalizados até a aposentadoria dos servidores participantes do plano. Jeremias disse que a fundação é uma entidade pública de direito privado com atuação hoje na Bahia e em Sergipe. O presidente da Fundação Piauí Previdência, Marcos Steiner, disse que a adesão ao plano PreVNordeste-Piauí permitirá a gestão adequada das contribuições e garantirá a aposentadoria futura dos servidores públicos.

O diretor da DFAP (Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal) do TCE-PI, Alex Sertão, alertou para a necessidade de transição entre o formato atual de contribuição do servidor e o plano de previdência complementar.

O procurador-geral Leandro Maciel, disse que alguns pontos merecem uma discussão mais aprofundada para que sejam feitos ajustes. “A audiência foi muito proveitosa. Foram esclarecidas questões importantes e tirados os encaminhamentos para que sejam feitos os ajustes em pontos que ainda deixam dúvidas, como a questão da legislação e os planos de benefício”, observou ele.

O convênio será assinado quando todas as dúvidas levantadas na audiência forem sanadas e realizados os ajustes. Com a adesão, os servidores públicos estaduais que tomarem posse após a aprovação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) do regulamento do plano de benefícios PreVNordeste-Piauí terão seus benefícios previdenciários limitados ao teto do Regime Geral da Previdência Social, atualmente de R\$ 5.645,80, e complementados pelos recursos capitalizados e geridos pela PreVBahia.

**Fonte:** VIACORP, em 31.08.2018.